

Facultad de Ciencias Sociales
X jornadas de investigación

Derechos humanos, seguridad y violencia

13 y 14 setiembre de 2011

Poética da
violência: o meu
nome é legião de
António Lobo
Antunes

George Uilian Monteiro
Lígia Pinto Rosso
Rosane Vontobel Rodrigues
Angela dos Santos Ribeiro



**POÉTICA DA VIOLÊNCIA: *O MEU NOME É LEGIÃO* DE ANTÓNIO LOBO
ANTUNES¹**

MONTEIRO, George Uilian; ROSSO, Lígia Pinto; RODRIGUES, Rosane Vontobel;
RIBEIRO, Angela dos Santos.

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES – URI CAMPUS SANTIAGO/RS/BRASIL**

uiliandelonge@yahoo.com.br

RESUMEN

O Presente trabalho objetiva analisar a relação entre literatura e sociedade a cerca da temática da violência, tendo como obra-exemplo *O Meu Nome É Legião*, do escritor português António Lobo Antunes. É possível afirmar que a literatura e a representação do real são um contraponto ao discurso punitivo acabado e moralista presente na grande mídia do Brasil, aproximando-se, assim, dos aspectos levantados nos estudos recentes em Direitos Humanos do sociólogo Marcos Rolim. Foram considerados os posicionamentos de Antonio Candido, Schollhammer e Paulo Bezerra, além do já citado Marcos Rolim.

PALABRAS CLAVE

Literatura e Sociedade; Direitos humanos; Violência.

¹ Trabajo presentado en las X Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR, Montevideo, 13-14 de setiembre de 2011.

RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E SOCIEDADE

Partindo da obra *O Meu Nome é Legião* (2009), de António Lobo Antunes, podemos apresentar e fundar reflexões a cerca da temática da violência em nossos estados contemporâneos, sendo imprescindível uma observação muito próxima de questões sociais pertinentes à obra. Antonio Candido (2000) coloca que só podemos entender a integridade da obra literária

[...] “fundindo texto e contexto numa interpretação dialéticamente integra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.”

(Candido, 2000, p.4)

Assim, o social é, na obra *O Meu Nome é Legião*, “elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte”(Candido, 2000), cuja palavra nos possibilita ampliar o campo de visão a cerca da violência, a partir da formulação de questões que visam à quebra com determinados ‘tabus’ que nos são impostos e que anexamos em nossos discursos de forma inconsciente. As personagens que habitam o universo ficcional criado por Lobo Antunes possuem grande importância, visto que

“A personagem é um dado essencial da relação entre o estético e o real, é um produto da relação de seu criador com a realidade, tem antecedentes concretos e objetivos nessa realidade e é por ela alimentada, por isso não pode ser inteiramente “a partir de elementos estéticos”, pois, se assim fosse, “não seria viva, não iríamos “sentir” sua significação estética”.”

(Bezerra, 2008, p.199)

A referida obra antuniana possui, em cada personagem-narrador, a representação de um sujeito social atuante, tendo em si todas as lutas entre as demais vozes, que defendem suas ideias (ideologias). Podemos observar, a partir disso, a riqueza desse universo, onde é possível reconhecer nossas próprias inquietações no mundo ‘veloz’ em que vivemos. A literatura, então, da sua relação ficção / realidade, provoca no leitor um “trauma” que acaba promovendo uma reflexão a cerca do “eu” em relação ao “outro”, pois a obra realiza uma “contribuição concreta à ressimbolização de uma realidade incômoda e incompreensível para o discurso ‘sensato’”, ou seja, “Comunicar a violência é uma maneira não de divulgar a violência, mas de ressimbolizá-la”(Schollhammer, 2000).

A reflexão dessa ‘nova’ realidade inicia um processo de ruptura com o discurso ‘punitivo’ que predomina em nossas sociedades, onde a violência é observada como um

ato isolado, e não como algo que se “constitui no fundamento da própria ordem social”(Schollhammer, 2000). Paulo Bezerra (2005), ao parafrasear Mikhail Bakhtin, observa que

[...] “a reificação do homem surge com a sociedade de classes e chega ao limite com o capitalismo. É levada a efeito por forças externas ao indivíduo, que agem sobre ele de fora e de dentro, sujeitando-o às mais variadas formas de violência – econômica, política e ideológica; essa violência só pode ser enfrentada por outras formas de violência [...], e o objetivo de tudo isso é o indivíduo.”

(Bezerra, 2008, p.192)

Servindo-nos dessa afirmação, apontamos certa identificação no que diz respeito às formas de injustiça a que estão submetidas as vozes que habitam a obra *O Meu Nome É Legião*. Como demonstraremos a seguir, os personagens deste romance antuniano representam o sofrimento a partir de algumas formas de violência que, geralmente, não são reconhecidas e que, também, acabam desencadeando outras movimentações violentas à mesma sociedade agressora.

AS VOZES DOS ABANDONADOS: A VIOLÊNCIA DO ‘NADA’

O Meu Nome É Legião coloca-nos em face à crimes cometidos por jovens que vivem em um bairro da periferia de Lisboa. O autor, quando entrevistado a cerca da obra, diz que

“O livro refere-se a um bairro em concreto, embora eu nunca lá tenha estado. Sempre me impressionou o facto de aqueles miúdos não terem raízes de espécie alguma. Não são portugueses, não são africanos, não são nada. Brincam com balas em vez de brincarem com bolas. E, no entanto, há neles uma sede de ternura, um desejo de amor absolutamente inextinguível. A morte e a vida não têm, para eles, qualquer significado ou, pelo menos, têm um significado muito diferente do que para nós. Na minha ideia, *O Meu Nome É Legião* era por isso um livro de amor. De amor por uma geração, por uma classe social sozinha e abandonada, por um grupo de pessoas desesperadamente à procura de uma razão de existir. [...] Estão de tal maneira abandonados que matar pessoas é a única maneira que têm de pedir colo.”

(Luís, 2007, p.13)

Essa última afirmação de Lobo Antunes derruba todo um discurso que veria essa violência como tendo partido de “aberrações”, “monstros”, que deveriam ser afastados do convívio social. Marcos Rolim (2009) afirma que o “fenômeno da violência equivale, sempre, à subtração arbitrária de direitos”. É exatamente essa observação que consideramos a partir da obra em questão, ou seja, aqueles “miúdos” respondem à arbitrariedade da falta de “tudo” através da violência física, reconhecida e institucionalizada. Ainda Rolim (2009) expõe que “a quase totalidade das matérias a

respeito do tema [...] costumam lidar apenas com os registros de ocorrência produzidos pelas polícias”, o que acaba isolando o acontecimento por si só, desconsiderando a abrangência social da violência e dando margem a possíveis distorções. É a partir de um relatório de polícia que se dá início a obra *O Meu Nome É Legião*:

Os suspeitos em número de 8 (oito) e idades compreendidas entre os 12 (doze) e os 19 (dezenove) anos abandonaram o Bairro 1º de Maio situado na região noroeste da capital e infelizmente conhecido pela sua degradação física e inerentes problemas sociais [...]

(Antunes, 2009, p.9)

Esta primeira voz a assumir como narrador no romance, ao relatar as características dos envolvidos, deixa transparecer uma marca racista que, ao longo de toda a obra irá ter forte presença:

[...] salientando-se a importância do chamado Ruço ser o único caucasiano (raça branca em linguagem técnica) e todos os companheiros semi-africanos e num dos casos negro e portanto mais propensos à crueldade e violência gratuitas o que conduz o signatário a tomar a liberdade de questionar-se preocupado à margem do presente relatório sobre a justiça da política de imigração nacional.

(Antunes, 2009, p.10)

Como já citamos anteriormente, o próprio autor levanta a problemática da falta de uma identidade por parte desses jovens que, no caso, vêm-se desprovidos de uma terra mãe, por não pertencerem ao Portugal atual e não manterem raízes com a África que ‘perderam’. Como ressalta Marcos Rolim (2009), “talvez a violência juvenil seja essencialmente um apelo em favor do reconhecimento”. Ao dar continuidade o seu relato, o primeiro narrador (policial Gusmão) descreve, em seu discurso fragmentado, a essência do sentimento em relação aos fatos de seu companheiro de trabalho: [...] “o meu ajudante a espiar o depósito - Ponham-me a mandar neste país durante cinco minutos e mato os pretos todos” [...] (Antunes, 2009, p.23).

A narrativa segue e dá espaço a outras vozes, todas com ligações próximas aos jovens envolvidos nos crimes descritos. A “degradação física” do bairro fica clara a partir dos inúmeros detalhes que surgem nas declarações dos envolvidos: “entre calhaus e papoilas [...] dúzias de barracas” (Antunes, 2009). A ligação estreita entre alguns narradores e os infratores produz observações importantes a cerca da vida desses marginalizados. As vozes dos polícias se intercalam com as vozes dos que vivem junto aos jovens no bairro:

[...] e o garoto do chupa-chupa acorçado à nossa espera de pistola nos joelhos sem olhar para nós entretido com um avião de brinquedo a que se dava corda e zumbia, dúzias de telemóveis, aparelhagens de música, estojos de ourives e o cheiro dos pretos, o meu cheiro de preta [...]

[...] eu a fingir que dormia e o miúdo a tomar conta compreende, escondia-me dinheiro na mala prateados e com o dinheiro um cartãozinho

Mãe

[...] ocupada a despir o filho que mesmo de pistola tinha medo do escuro, notava-se pela forma como esquadrihava as sombras a apontar

- Acolá

apertando contra si o avião de lata[...]

(Antunes, 2009, p.77, 89, 115)

Estas descrições de narradores próximos aos jovens trazem um contraponto à tentativa de desumanização dos chamados ‘transgressores’ da lei. Mesmo assim, nem todas as narrativas representadas por personagens próximos do meio onde vivem os jovens mostram esse olhar: “a sala de aula sete ou oito barrotes e um mapa desbotado em que Portugal um risquinho, para quê gastar com mestiços, não aprendem senão a roubar os brancos que para isso servem” [...] (Antunes, 2009, p.195). Fica claro a cegueira a que alguns desses personagens-vozes estão submetidos, desencadeando a repetição do discurso sensato dos ‘opressores’ sobre os ‘oprimidos’, porém, notamos que essas vozes que reafirmam o discurso punitivo, são aqueles cujo contato e visão com a realidade desses meninos é nula, distante (incomunicabilidade). A ampliação dessas diferentes possibilidades, através da voz do outro, “oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscriver” (Candido, 1995). Os ‘miúdos’ da obra de Lobo Antunes podem inserir-se em grupos a que Rolim (2009) expõe como sendo “excluídos e marginalizados socialmente, percebem-se não apenas carentes de sentido, mas mergulhados em uma dinâmica de tamanha negatividade que suas próprias vidas lhes parecem desprovidas de realidade”, sendo essa uma característica das sociedades modernas. Um dos jovens personagens-narradores na obra esclarece o furto de um aparelho ortodôntico arrancado da boca do outro a pedradas: “[...] Já no carro limpei o aparelho dos dentes nas calças e endireitei-o com uma turquês. A namorada com os livros à roda ficou a seguir-nos até passarmos a esquina. Deitei fora o aparelho dos dentes porque me incomodava na língua [...]” (Antunes, 2009). A vida está, para esse personagem, como destacou Rolim, desprovida de realidade, como se a ideia sobre isso fosse uma espécie de “abstração”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os exemplos que trouxemos na obra *O Meu Nome É Legião*, serviram como fonte para questionarmos a formação desse discurso punitivo, tão presente na mídia de massa do Brasil, e tão pouco discutido em nossa sociedade. Essa mídia a que nos

referimos está sempre, visivelmente, a formar parâmetros de criticidade que mantenham inabalados o sistema opressor criado pela elite, que detêm o poder nos meios de comunicação em nosso país. A literatura pode ser um contraponto a essa tentativa, pois organiza e humaniza. Daí a necessidade de quebra com a estratificação do acesso às obras literárias, já que “negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade” (Candido, 1995). O contato com obras que ampliam as possibilidades de observação às movimentações das relações sociais excludentes (a que estamos envolvidos hoje), liberta e permite um iluminar de ideias, de caminhos. Como Antonio Candido (1995) afirma, “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. Ilustrada aqui na obra de Lobo Antunes, a criação literária é um dos contrapontos necessários à resistência ao modo hegemônico perverso instituído em nossas sociedades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, António Lobo (2009) *O Meu Nome É Legião* Rio de Janeiro: Objetiva

Bezerra, Paulo (2008) “Polifonia” en Brait, Beth et al. *Bakhtin: conceitos-chave* São Paulo: Contexto pp. 191-200

Candido, Antonio (2000) *Literatura e sociedade* São Paulo: T.A. Queiroz

_____ (1995) *Vários escritos* São Paulo: Duas Cidades

Rolim, Marcos (2009) *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

Schollhammer, Karl Erik (2000) “Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira” en Pereira, Carlos Alberto *Linguagens da violência* Rio de Janeiro: Rocco pp. 236-259

Luís, Sara Belo (2007) “A Vida depois do cancro”. en *Revista Visão*, 27 de setiembre, pp. 12-15

Organiza:
Comisión de Investigación Científica



Apoya:

